In Vestimentis Ovium Intrinsecus
Autem Sunt Lupi Rapaces

Home Informações Textos Links Email

Questionando o Poder

A CRISE
DO CATOLICISMO

O esvaziamento dos seminários e um cada vez mais crescente êxodo de seus ex-fiéis em direção a outras práticas religiosas, simultaneamente a uma investida maior por parte do clero em torno de reivindicações sociais, estabelecem uma oportuna discussão no seio do catolicismo e sobretudo na infalibilidade da Igreja Católica. Neste primeiro artigo, um mergulho profundo nas razões históricas que culminaram no quadro atual.

Olavo de Carvalho
Revista *Planeta* # 110, novembro de 1981

Para caracterizar *grosso modo* a crise do catolicismo, pode-se dizer que se trata sobretudo de uma crise de *credibilidade* (usando um horroroso termo do jargão jornalístico moderno).

Parece difícil, hoje – mesmo para aqueles que sinceramente gostariam de fazê-lo --, acreditar numa Igreja Católica infalível, expressão terrestre da Verdade eterna. Descontado aqueles para quem semelhante hipótese é francamente inimaginável ou repugnante (e que fazem maioria nas camadas «letradas»), resta uma multidão que acreditaria, se pudesse, mas que teme contrariar com isso a verdade dos fatos, já que o cotidiano parece insistir em mostrar-nos uma Igreja falha, dividida, hesitante, quando não hipócrita ou rigorosamente falsa. Desses, muitos continuam a dizer-se ou mesmo a acreditar-se católicos, ou pelo menos sentimentalmente «cristãos», resguardando-se, porém, de qualquer vínculo com a Igreja; parecendo ver uma oposição irredutível entre suas aspirações íntimas e o formalismo dos rituais e do dogma, eximem-se de qualquer obrigação religiosa rotineira, de modo que, sem o reforço da prática constante, seu fundo emocional cristão acaba por dissolver-se numa mera sentimentalidade, vaga e hipotética, e por desaparecer completamente no meio de preocupações cotidianas vividas como mais urgentes ou reais.

Papa João XXIII: o aggiornamento e a paz na Terra

No fundo, essa é a questão. Todos os demais aspectos, tão debatidos, da crise da Igreja, como a carência de vocações sacerdotais, a fuga de ex-católicos para os cultos afro-brasileiros, etc., são apenas a expressão material e numérica de um problema puramente intelectual, que é a dificuldade de crer, hoje, no que a Igreja diz desde sempre.

Essa dificuldade leva a mentalidade moderna a questionar – quando não

contestar – a Igreja em *quatro* pontos básicos: quanto à legitimidade da sua autoridade *social e política;* quanto à sua autoridade *moral e ética;* quanto à sua autoridade *intelectual e científica;* e, finalmente, quanto à sua autoridade *espiritual* propriamente dita, isto é, quanto à sua pretensão de representar o Absoluto na Terra.

Vamos caracterizar rapidamente esses quatro gêneros de ataque, que se podem – e não por coincidência – simbolizar como os quatro braços de uma cruz, com a Igreja pregada no centro.

Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo: a ala «progressista»

A Contestação à Autoridade Social

A partir do iluminismo e da Revolução Francesa, o liberalismo (e as correntes que lhe sucederam como o socialismo e o anarquismo) afirma que a Igreja é uma aliada servil – quando não uma beneficiárias direta – do poder temporal, encarregada de recobrir com a auréola do prestígio sacro as estruturas de domínio existentes. A concepção de um Deus soberano, governando autocraticamente através das hierarquias angélicas, seria apenas a projeção celeste, amplificada e glorificada, do estado de coisas na Terra. Defensora de uma cosmovisão medieval hierárquica, a Igreja seria, por isso, necessariamente cúmplice dos poderes deste muno.

Mais recentemente, após certas mudanças na sua orientação social e política,

a Igreja passou a ser atacada também do ponto de vista oposto, isto é, como aliada da rebelião internacional e do comunismo.

Descontando o fato óbvio de que existem indivíduos e correntes individuais de opinião, na Igreja, que se identificam com as duas e divergentes posições visadas por essas críticas, cabe perguntar: em que medida se podem atribuir características tão abertamente contraditórias a uma instituição que continua se pretendendo uma, una e única? Ou «a» Igreja não existe mais, tendo sido substituída por um grupamento heteróclito de facções políticas, ou, se ela ainda existe enquanto unidade, é forçoso reconhecer que *esta unidade não se estabelece fundamentalmente no plano político.* Se não se estabelece no plano político, isto é, se o essencial na Igreja, o que lhe dá o nexo central e interno de unidade e sentido, não é sua posição política, isto significa que nenhum dos argumentos em questão atinge a Igreja propriamente, mas apenas aspectos secundários seus, tal como já aconteceu em muitas outras épocas da história.

Ora, o que caracteriza os ataques políticos atuais à Igreja é que, precisamente em nome de condenações a aspectos parciais e contingentes, eles buscam atingir sua autoridade social *em geral e em bloco*, de maneira a enfraquecer ou destruir efetivamente o seu poderio global, e não apenas das partes visadas. Se o «conservador» se recusa a obedecer à hierarquia por julgá-la «progressista», e o «progressista» se recusa a obedecê-la pelo motivo contrário, o que está sendo contestado é a substância mesma da hierarquia, e não apenas seu conservadorismo ou seu progressismo eventuais.

Antes, as posições eventuais da Igreja tornavam-se legitimadas pelo fato de provirem de uma hierarquia; hoje, a hierarquia te, de legitimar-se em nome das posições que defende.

Isso significa que tanto os «conservadores» quanto os «progressistas» -- amplificados monstruosamente pela repercussão que obtêm na imprensa leiga – são artífices da destruição da hierarquia e da sua submissão integral a critérios exclusivamente políticos.

Um ataque tão maciço à idéia mesma de hierarquia jamais se viu em toda a história da Igreja Católica, nem de qualquer outra igreja que tenha existido no mundo.

O momento da consagração na missa católica tradicional: os fiéis entendem?

A Contestação à Autoridade Moral

A contestação à autoridade moral e ética da Igreja oferece também ângulos variados. Eis alguns exemplos:

1) Kierkgaard, no século passado, declarava o cristianismo «inviável», impossível de cumprir, mais apropriado para os anjos do que para seres humanos. O cristão, dizia ele, vive condenado à hipocrisia, ou, se é sincero, à angústia permanente de jamais conseguir ser cristão efetivamente.

De fato, ideais como o de «voltar a outra face» ou de sermos «perfeitos, como o Pai é perfeito» são obviamente inatingíveis pela maioria, e por isso jamais foram considerados *leis* obrigatórias para todos, e sim *conselhos de perfeição* para os mais capacitados; ou seja, como expliquei no meu artigo anterior, sobre o esoterismo cristão (*Planeta* 108), tratava-se de injunções *esotéricas* e não *exotéricas*. São Marcos, o Asceta (século 4), admitia *três* gradações da piedade cristã. Primeira: não pecar; segunda: tendo pecado, suportar com paciência e doçura as conseqüências; terceira: não sendo capaz de suportar as conseqüências, lamentar sinceramente sua fraqueza. Dessas três gradações, só a última, evidentemente, poderia ser imposta como obrigatória, e as outras duas como ideais. De fato, não haveria nem mesmo necessidade de uma religião se todos fossem capazes de realizar a primeira hipótese.

A idéia de que ser cristão é inviável resulta apenas da confusão entre o plano esotérico e o exotérico, isto é, do desconhecimento absoluto da questão; não obstante, ela tornou-se tão popular em nossos tempos que expressões como «cristão torturado» ou «angústia do cristão» parecem hoje tão óbvias como se contivessem dois sinônimos.

2) Nietzsche via no cristianismo uma «moral de escravos», fundada no ressentimento. No latim, dizia ele, a palavra «bom» não designava a pessoa terna e adocicada, e de fato não tinha sentido propriamente ético, mas significava, ao contrário, as classes superiores, os governantes, os proprietários abastados, os «homens fortes» (*viri boni*), em oposição aos pobres e desclassificados sociais. A moral cristã foi que inverteu esse significado, por inveja e vingança face às classes dominantes de Roma, contra as quais teve de lutar nos seus primeiros tempos. Nietzsche – e, na esteira dele, toda uma certa atmosfera psicológica moderna – propunha, em substituição à moral cristã da bondade e caridade, uma moral prometéica de plenitude, conquista e poder. Nietzsche não influenciou somente os nazistas, mas infeccionou simultaneamente toda a mentalidade moderna, prenunciando o individualismo moderno e a busca da «auto-realização» a todo preço; hoje em dia, é muito mais freqüente encontrar pessoas preocupadas em «realizar suas potencialidades latentes» do que em praticar a «caridade», de modo que o egoísmo puro e simples fica legitimado em nome da «sinceridade» e da própria saúde de cada um, embora uma moral de «auto-realização» tenha de se limitar a uns poucos privilegiados ou, caso queira valer para todos, desembocar fatalmente na concorrência total entre todos os egos, e portanto na autodevoração da espécie humana. (Seria o caso de lembrar crise final de loucura de Nietzsche, que se deu em circunstâncias singulares e, para o cristão, significativas: vendo um burro velho ser espancado pelo carroceiro, o filósofo da «vontade de poder» agarrou-se ao animal como uma criança de colo, chorando e protegendo-o. Foi internado em seguida, mas este gesto final tem a grandeza da piedade, e neste sentido é menos louco do que toda a sua filosofia.)

3) Com a psicanálise e suas teorias sobre a repressão dos instintos, mas sobretudo com a antropologia moderna, que difundiu no mundo todo a idéia de que as leis morais, variando de cultura para cultura, eram apenas a expressão de necessidades sociais passageiras, a pretensão cristã de uma moral universal e absoluta foi abalada até os alicerces. Qualquer garoto de escola repete, hoje, que a moral é relativa, que resulta de uma convenção social e que portanto pode ser modificada à vontade.

Alegoria francesa do período revolucionário: o clero, como classe privilegiada, na condição de opressor do povo.

A Questão Sexual: Onde Colocar o Desejo?

Em parte, a rebelião generalizada contra o absolutismo moral da Igreja é uma resposta à monomania antierótica do clero latino, que parecia conceder aos pecados de natureza sexual uma gravidade maior do que, por exemplo, ao pecado do orgulho ou à negação pura e simples da Divindade. Todos sabemos que parcelas significativas do clero verberavam ferozmente a imoralidade sexual, enquanto consentiam, passiva ou ativamente, imoralidades muito maiores em outros campos. Isso chegou a tal ponto que a população católica, de modo geral, crê ter sido a natureza erótica o próprio pecado original, crença vulgar que contraria frontalmente o sentido das Escrituras (e se for preciso autoridade teológica em meu apoio, recomendo as notas da *Bíblia Comentada* editada pela Universidade de Salamanca, pág. 85 do vol. I), mas com a qual o clero freqüentemente compactuou por razões de oportunidade puramente propagandística, sendo que a oportunidade só é legítima enquanto não prejudica a verdade.

Por outro lado, se a moralidade é de fato relativa a momento e lugar, ela não é *absolutamente relativa*, o que seria um contra-senso lógico, havendo portanto um núcleo comum, óbvio, aliás, pelo fato de que todos os códigos morais do mundo, em todas as épocas, afirmaram sua origem divina, e também pelo fato de que Deus mesmo, como se vê pela história das sucessivas revelações – Moisés, Cristo, Maomé, por exemplo --, altera a letra de Suas leis, tendo em vista a diversidade dos tipos humanos e das culturas sem que se possa atribuir-Lhe, por isso, uma contestação de Sua própria autoridade.

No entanto, o clero mesmo sujeitou-se a tais ataques pela sua pretensão de forçar, às vezes pela violência, as demais culturas a curvar-se ao catolicismo; ao fazê-lo quebrou o princípio de equilíbrio entre as variedades humanas e a unidade da Lei divina, tentando impor a outros tipos humanos uma *forma* religiosa adaptada apenas à nossa própria cultura; rompido esse equilíbrio, não era de espantar que ocorresse um «choque de retorno»: se os padres se permitem julgar e condenar as demais religiões à luz da nossa, por que os antropólogos não haveriam de julgar a nossa à luz das outras, terminando por criar o mais infernal relativismo moral de que já se teve notícia na história?

Do mesmo modo, o mundo islâmico expandiu-se entusiasticamente durante setenta anos, até alcançar o limite do território que lhe parecia destinado naturalmente (ou talvez devêssemos dizer *sobrenaturalmente*); ao ultrapassar esses limites, defrontou-se com obstáculos intransponíveis e recebeu golpes profundos que terminaram por abalar sua unidade e lançá-lo em guerras internas. Seria abusivo ver nesse fenômeno a mão da providência, que concede a cada religião um povo e um tempo, conservando para Si a Verdade absoluta e eterna?

De qualquer modo, uma coisa é reconhecer que as fórmulas religiosas e morais são *relativas* a lugar, tempo e cultura, e outra coisa é criar – em lugar da religião que, dentro dessa relatividade mesma, nos coube a *nós* neste tempo e lugar – um «relativismo absoluto», que além de ser logicamente contraditório resulta simplesmente em abolir toda moral.

Apesar do contra-senso lógico que lhe é inerente, o relativismo moral, adquirindo foros de «científico» pelo apoio aparente que lhe concediam a psicologia e a antropologia, tornou-se praticamente a única atitude aceitável nos círculos letrados atuais.

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche: «moral de escravos» no cristianismo.

4) As pesquisas dos «sexólogos», como nos relatórios Kinsey e Hite, demonstram que, na prática, a maioria da população tinha, no que se refere a uma esfera tão importante como é a do sexo, atitudes e preocupações diametralmente opostas àquelas que seriam exigidas na moralidade sexual cristã. Em quase todo mundo, a concepção cristã do matrimônio único, indissolúvel, e entre parceiros anteriormente virgens, é tida como um resíduo do obscurantismo medieval, e oficialmente negada nas legislações. O mesmo desprezo recai sobre a alegada submissão do sexo à finalidade procriativa (alegada porque, na realidade, a Igreja propriamente dita jamais condicionou o sexo à procriação, mas sim ao *não-impedimento* da procriação – o que é totalmente diferente mas não evitou que as interpretações vulgares e chãs, por parte de leigos *ou mesmo de padres*, fizessem da Igreja uma arquiinimiga da sexualidade).

5) Depois que esses estudos mostraram a desobediência *de fato* à moralidade sexual cristã, os movimentos modernos de «liberação» amplificaram o tema, passando a pregar a desobediência *de direito*, e em seguida a afirmar positivamente a legitimidade da sexualidade aberta e indiscriminada, quando não a *superioridade* das formas perversas e aberrantes. Embora esses movimentos tenham abrangido de início apenas faixas mais intelectualizadas da juventude, hoje em dia eles conquistaram não só as camadas adultas da classe média para cima como também avançam ruidosamente entre as classes

mais pobres, por influência dos jovens «intelectuais». Numa dessas últimas semanas, li numa revista de fotonovelas dirigida a empregadinhas e mulheres humildes em geral um edital que as «orientava» quanto ao seu «direito ao orgasmo», ajudando a fomentar, entre as camadas que – por sua pobreza e ignorância mesmas – eram depositárias intocadas da humildade e da simplicidade, um espírito de reivindicação irritada, individualista e perfeitamente esnobe, que deveria permanecer longe do mundo do casamento, da família e do amor humano.

A Contestação à Autoridade Intelectual

O desafio do mundo moderno à autoridade intelectual e científica da Igreja pode ser visto sob dois ângulos complementares: primeiro, a diferença global e genérica das respectivas «atmosferas» intelectuais, ou seja, o contraste entre duas maneiras ou estilos de conhecer e pensar; segundo, as divergências no que diz respeito a itens específicos da filosofia e da ciência na Idade Média cristã e no mundo moderno.

De maneira geral, o contraste de estilos de pensar entre a cristandade e o mundo moderno é o seguinte: no primeiro caso, as palavras-chave da cultura são: *revelação, analogia, dedução, unidade;* na cultura moderna, *hipótese, experimentação, debate, pluralidade.* Vou-me explicar.

No mundo medieval, o conhecimento parte de uma certeza prévia, contida nos textos sagrados. Vulgarmente, entende-se hoje que essa certeza provinha apenas da fé cega, mas na realidade a revelação era entendida, na Idade Média, como um instante privilegiado de fulguração da inteligência, como uma faísca luminosa nascida do encontro entre o intelecto humano e a verdade, o Logos eterno. Era vista, portanto, como uma certeza *intelectual,* e não emotiva, e, mais ainda, como a realização intelectual por excelência, como a obtenção, por toda a humanidade (cristalizada na pessoa do Profeta ou do Apóstolo), daquilo que, no plano individual, corresponderia a uma intuição intelectual.

Claro que, depois desse momento supremo, tudo o que se seguia eram simples deduções e aplicações da verdade geral aos casos particulares, mediante raciocínios lógicos e analógicos, do mesmo modo que, em nossa vida particular, após termos descoberto alguma verdade que nos seja importante, procuramos tirar proveito dela nas várias esferas da vida prática, baseando-nos na recordação e na comparação.

Ocorre que, de aplicação em aplicação, essa verdade primordial – que

funcionava como um saldo bancário herdado, sobre o qual as gerações iam fazendo sucessivos saques – se desgastava, sua recordação se tornava tênue, e a verdade viva ia sendo substituída por fórmulas – lógicas, simbólicas ou rituais – meramente alusivas, algo como um sinal algébrico, que utilizamos no cálculo como simples indicação formal, sem conhecer seu verdadeiro valor.

Por isso era necessário, de tempos em tempos, renovar o depósito inicial, promovendo um reencontro com a intuição viva e direta da doutrina revelada. Obviamente, isto não era possível sem renovar as condições – sociais, emocionais, intelectuais e pessoais – homólogas às do instante da revelação primordial, de maneira que esta pudesse novamente se manifestar, já não para toda a coletividade, mas ao menos para alguns indivíduos. Encontrar estes indivíduos qualificados, dar-lhes as condições, treiná-los e capacitá-los para a intuição intelectual que constituía uma espécie de revelação em miniatura, era esta a função das sociedades esotéricas, das ordens monásticas e das disciplinas iniciáticas. Na cristandade medieval, como em todas as civilizações tradicionais – incluindo os índios hoje em dia --, sempre existiu uma rede de ensino propriamente iniciático, destinado a prover alguns indivíduos seletos com o conhecimento direto e vivo de algo que os demais, sem a necessária qualificação intelectual ou mais interessados nos assuntos "deste mundo", como a família e o comércio, viriam, então, a conhecer de maneiras indiretas e analógicas, através do ensino religioso comum.

Garantida e revitalizada pela iniciação, a religião levava, por dedução e analogia, a doutrina una e unitária até os confins mais remotos da sociedade humana, de maneira que mesmo os gestos mais cotidianos e mais simples das camadas humildes da população vinham tingidos por um significado simbólico e doutrinal que, por um lado, preenchia de *sentido* as vidas individuais, e por outro, dava, por exemplo, às produções artísticas desse período uma certa dignidade intelectual e hierática que a arte indígena possui até hoje, e perto da qual as produções da arte contemporânea parecem gemidos e lamentas de uma subjetividade balbuciante, pré-racional, incomunicável e perdida num mundo que não entende, e que por seu lado também não a entende.

No Brasil, o catolicismo vem perdendo fiéis para os cultos afro-brasileiros, mais próximos da nossa «antropofagia».

A Questão Iniciática: E a Casta Sacerdotal?

Por uma série de motivos (que precisamente, analisarei no próximo artigo desta série), o Ocidente moderno veio a constituir a primeira – e, segundo me consta, a única – civilização que se permitiu dispensar a existência de uma camada social especialmente incumbida de preservar um conhecimento vivo e direto da verdade primordial: isto é, a única civilização que dispensou a *iniciação* e a cadeia ininterrupta de ensinamento direto que se denomina a «Tradição». Claro, temos padres, temos igrejas, mas sua função é totalmente diversa; a religião, tal como hoje a conhecemos, visa mais à difusão e preservação do culto, da devoção e da moral, do que à iniciação e ao conhecimento, dos quais ela representa como que o reflexo externo e social desse conhecimento. Essa é, de fato, a origem da distinção entre o clero monástico e o clero secular – e, do ponto de vista estrutural, a Igreja tem ainda, hoje como sempre, os meios para preservar o conhecimento tradicional, como fez na Idade Média; mas, por um lado, a desproporção entre a atuação social maciça e uma espiritualidade minguada é tanta, e por outro lado tantas parcelas da Igreja abandonaram a doutrina tradicional para aderirem a modas filosóficas passageiras, que não é demasiado dizer que hoje

em dia temos sacerdotes, *mas não uma casta sacerdotal.*

Revolução Francesa: a Igreja denunciada como uma «aliada servil» e má.

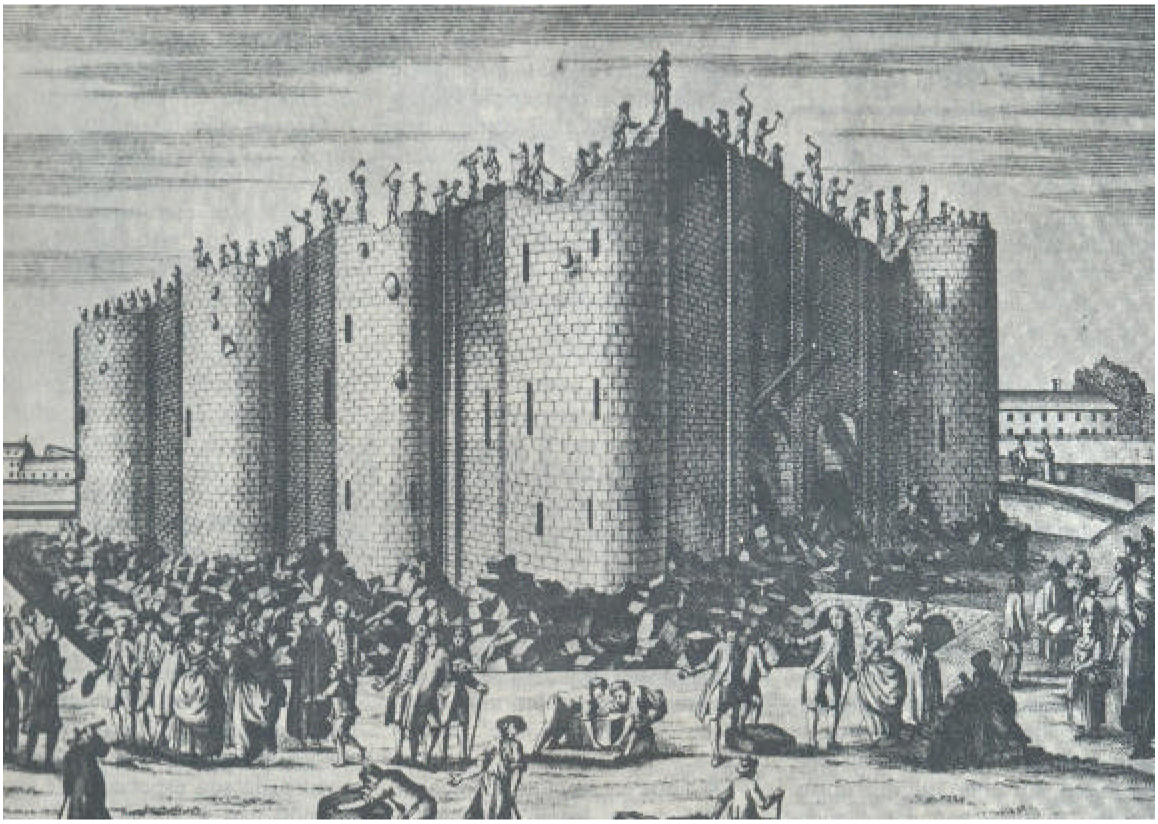
Esse sumiço da atividade iniciática no Ocidente fez com que , evidentemente, a partir de um certo ponto, o contato com a verdade primordial não se renovasse e que, portanto, os únicos indícios que dela restavam fossem justamente as fórmulas lógicas, simbólicas e rituais contidas nos livros da escolástica, na liturgia, na arte-sacra, etc., mas já reduzidas, portanto, a meras cascas exteriores, sem ninguém mais para interpretá-las corretamente.

Daí por que, vista de fora e sem o apoio da disciplina iniciática (a qual, por razões óbvias, só pode ser dada pessoalmente a cada um, já que implica uma prática metódica, não podendo, por isso, ser exposta por escrito), a grande síntese da cristandade medieval parece apenas uma construção lógica abstrata e hipotética, impressionante por sua perfeição técnica, por certo, mas sem nenhum vínculo com a realidade vivida.

A partir da Renascença, os resíduos escritos, arquitetônicos, pictóricos, etc., dessa grande síntese já não eram compreendidos nem mesmo dentro da

própria Igreja Católica. A prova mais evidente disso é a facilidade com que a Cúria Romana foi progressivamente desistindo dos padrões formais da arte tradicional, cujo rigorismo escrito não advinha de meras exigências dogmáticas, e sim, de necessidades internas do próprio ensino iniciático, mas que, nessa época, já pareciam apenas imposições arbitrárias do «gosto» medieval, que os novos artistas não tinham por que aceitar. A arquitetura do próprio Vaticano é um exemplo de uma arte totalmente «profana» não apenas consentida como aprovada entusiasticamente pelas autoridades eclesiásticas.

Não é estranho, portanto, que, para os intelectuais leigos dessa época, como Galileu ou Descartes, a síntese medieval parecesse ainda mais hipotética, imaginária e arbitrária, e que, tendo perdido totalmente a possibilidade de acesso, pela disciplina iniciática, à verdade revelada inicial, não vissem nenhum motivo plausível para aceitar dogmas que a essa altura pareciam absolutamente injustificados.



Queda da Bastilha: um marco para desmistificar o papel da Igreja como grande avalista dos regimes decadentes.

O Mito da Criação: Saber Interpretar

Assim, se a intelectualidade medieval vivia sob o signo da certeza primordial, a cultura moderna vai começar sob o signo da dúvida, da incerteza, e daí a necessidade do apego à experiência imediata, aos dados dos sentidos, que, embora insignificantes em si mesmos, surgem doravante como a única e minguada certeza possível.

Do mesmo modo que a cristandade, partindo de uma certeza, enfatiza a coerência e a unidade da cultura, a modernidade, partindo da dúvida, valorizará a divergência, o debate, a pesquisa eterna e a pluralidade de opinião dissolvendo nesse debate a idéia mesma de verdade objetiva.

Darwin × Bíblia: uma Discussão sem Sentido

No que diz respeito à divergência cristã-moderna quanto a conhecimentos particulares, pode-se dizer que, desde a Renascença, a concepção cristã-medieval do cosmos vem sofrendo ininterruptos ataques, provenientes das hipóteses e descobertas científicas que parecem desmentir, de modo direto ou indireto, afirmações básicas das Escrituras. Alguns exemplos:

1) A famosa questão da «criação do mundo» deu margem, no século passado, a polêmicas de toda ordem, uma vez que as descobertas da paleontologia pareciam desmentir de modo direto o relato do Gênesis. A criação «em sete dias» foi confrontada com as cronologias longuíssimas que se liam na superposição das camadas geológicas; o homem criado de repente, inteiro e acabado, foi contrastado com a hipótese de uma evolução lenta, que, provindo de seres marítimos, através dos anfíbios e dos répteis, ia subindo numa escala até os mamíferos, os primatas e os homens. A Teoria da Evolução de Darwin, embora jamais comprovada – e hoje em dia sujeita a toda espécie de objeções dentro do campo mesmo da paleontologia --, disseminou-se de tal modo que até entre as crianças é mais popular a imagem do antropóide nosso antepassado do que a antiga imagem de Adão no Paraíso. Na imagem das classes médias do mundo todo, a concepção bíblica da Criação passa hoje como a personificação mesma do obscurantismo. Dentro da própria Igreja Católica, ninguém mais, praticamente, ousa defendê-la, e as edições da Bíblia têm o cuidado de ressalvar que o relato da Criação é apenas «metafórico». A obra de Teilhard de Chardin – que, encarando o Cristo como o ápice de uma evolução darwinista, não teria como escapar à classificação de herética à luz dos dogmas cristãos tradicionais (e que por isso esteve proibida durante algum tempo) – tornou-se praticamente *doutrina oficial* entre os padres e os intelectuais católicos leigos, passando mesmo a construir uma «última esperança» de reconquistar para o

cristianismo uma espécie de «respeitabilidade» científica.

De fato, é espantosa a força de autoridade das idéias evolucionistas, quando se considera que jamais elas obtiveram qualquer confirmação concludente, e que as maiores autoridades no campo da biologia e da paleontologia – um Douglas Dewar, um Julian Huxley – consideram-na apenas uma «hipótese viável», quando não, como Huxley, um «artigo de fé».

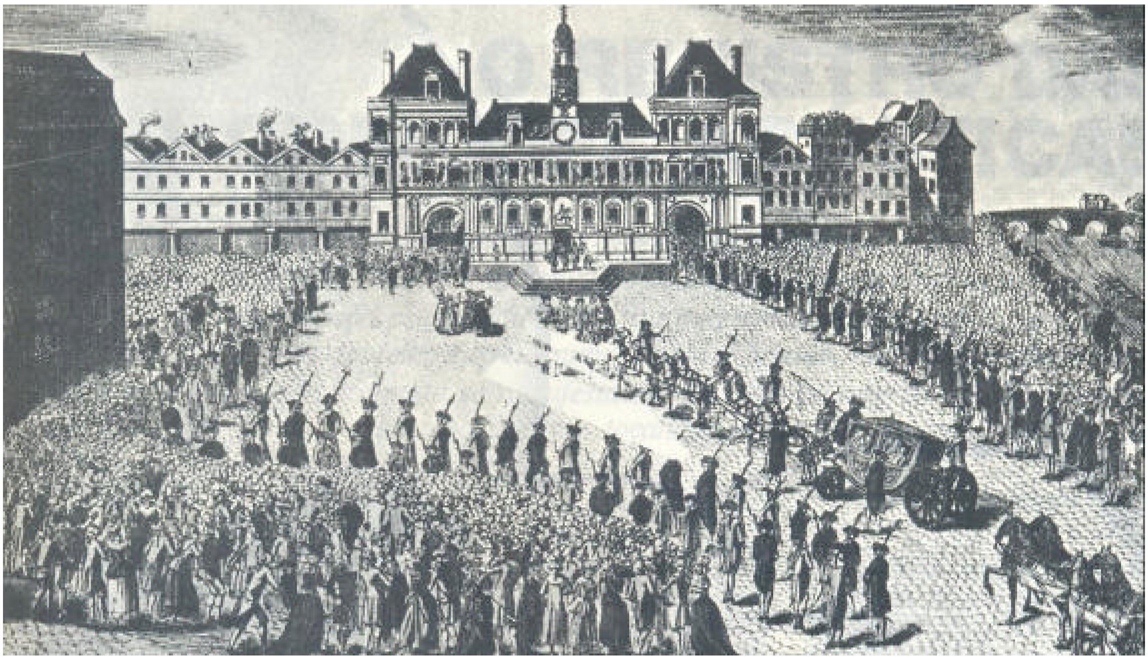
Recentemente, nos Estados Unidos, quando um grupo religioso – protestante – exigiu que as escolas públicas ensinassem a doutrina do Gênesis em pé de igualdade com a Teoria da Evolução, ouviram-se por toda parte brados contra o "obscurantismo". Na verdade, o relato bíblico da Criação jamais foi derrubado por nenhuma pesquisa científica, e nem poderia sê-lo, uma vez que se trata de um texto de natureza cosmológica, e não biológica, colocando-se portanto num plano puramente intelectual e dedutivo, impossível de provar ou desmentir pelos métodos da ciência experimental e indutiva. Contrapor a biologia ao relato de Gênesis é intelectualmente tão absurdo quanto tentar provar ou desmentir em laboratório o princípio de identidade. Como se vê pela própria palavra inicial da Bíblia – *Bereshit*, isto é, «em princípio» --, o Gênesis não fala no plano dos fatos experimentais, mas dos *princípios intelectuais puros*, que criam a base estrutural da razão mesma, e que por isto estabelecem o quadro intelectual com que enfocamos os fatos, não podendo por isso ser desmentidos pelos próprios fatos, do mesmo modo que, em geometria, nenhuma dedução terminará por desmentir o postulado que lhe serve de base.

Platonismo na Cosmologia Cristã-Medieval

Se os cientistas experimentais, que na maior parte dos casos têm uma formação cultural extremamente deficiente fora do estreito quadro da sua especialidade (isto quando não se metem a «humanistas», hipótese em que não passam de um verniz cultural meramente sentimental e literário), não conseguem pensar em termos de princípios intelectuais puros, isto não é argumento contra a metafísica e a cosmologia da Bíblia, mas contra a estupidez dos seus leitores modernos. Claro que, por outro lado, os fundamentalistas norte-americanos que defendem o ensino do Gênesis também não têm a menor visão disso, limitando-se a encarar a Bíblia por um ângulo ingenuamente moralista e religioso, mas isso não altera em nada a questão, porque a má qualidade do advogado não é, em si mesma, prova da culpabilidade do réu.

2) A imagem cristã-medieval da cosmologia – nisso profundamente tingida de

platonismo – de um cosmos harmônico, dotado de significados simbólicos e desdobrando-se ordenadamente desde o absoluto, através das essências metafísicas e «substâncias intelectuais», até os entes individuais, que constituíam assim apenas a expressão visível do Logos, também foi frontalmente contestada pela ciência moderna, cujo apego à experiência sensível, frente a essa vasta construção intelectual da escolástica, parecia apenas uma absurda generalização inteiramente teórica, sem base no real. «Platonismo» é hoje em dia, no linguajar das classes «letradas», o sinônimo mesmo de irrealismo, de abstracionismo imaginativo, em oposição ao «rigor» científico que se limita aos «fatos concretos». (Evidentemente, os cosmologistas modernos também constroem interpretações sobre o cosmos total, mas, para não caírem em incoerência, definem a cosmologia, literalmente, como o estudo dos «modelos possíveis» do universo, «sem levar em consideração se esses modelos foram ou serão algum dia levados à prática»).



Na França, nasce a República. Alguns dizem que a Revolução foi uma vingança dos Templários contra a perseguição.

3) A imagem do Paraíso terrestre situado no «centro do mundo» era simbolizada, na cosmologia medieval, pela posição central da Terra no cosmos. O heliocentrismo – a «revolução copernicana» -- é creditada, na cultura de massas de hoje, pelo mérito de ter «derrubado» essa imagem do

cosmos, demonstrando que a Terra era apenas um satélite do Sol e não o centro do mundo.

Essa questão é demasiado complexa para ser destrinçada aqui. Basta dizer que, neste como nos demais casos citados, o que a cultura moderna faz é rebaixar a ciência medieval até o nível chão e grosseiro que é o seu próprio, e em seguida combater essa interpretação vulgarizada fazendo-a passar, aos olhos do público, pela ciência medieval propriamente dita. O leitor «científico» moderno dispensa-se de apreender o sentido verdadeiro dos textos antigos e medievais e, atribuindo-lhes um sentido que esteja ao nível do seu próprio entendimento, produz por essa pirueta mental mais uma «prova» da superioridade científica moderna, desmentindo em erro, que afinal, é de sua própria invenção.

Para resumir tudo, digamos que os antigos não estavam interessados em fatos astronômicos, mas em doutrinas metafísicas; todo fato concreto que mencionavam era apenas como símbolo de realidades metafísicas. Portanto, se queremos compreender a cosmologia medieval, não interessa saber se os fatos que ela menciona – e que têm, portanto, sua função meramente alusiva e provisória – são verdadeiros em si mesmos, mas se simbolicamente são adequados às doutrinas metafísicas que pretendem enunciar, e se estas doutrinas são verdadeiras. Em caso afirmativo, então independem totalmente dos «fatos» concretos que veiculam, do mesmo modo que um exemplo puramente imaginário não desmente a idéia que lhe cabe exemplificar.

Tanto isso é verdade que, no caso do heliocentrismo, este era conhecido desde a Antigüidade, mas jamais mereceu grande atenção. Foi só quando se perdeu de vista a doutrina metafísica – como vimos uns parágrafos atrás – que esse fato puramente marginal atraiu a atenção como se fosse ele mesmo o miolo do problema, do mesmo modo que um aluno relapso e cansado, não conseguindo apreender a essência da noção que está estudando, divaga pelas páginas do livro e tem sua atenção atraída para detalhes puramente casuais, como as cores das ilustrações, o formato da página, etc.

Continua: *«A Contestação à Autoridade Espiritual»* (conclusão).

Home - Informações - Textos - Links - E-mail